



Boletim GeoÁfrica
Volume 3, Número 11, jul. – dez. de 2024

***EDITORIAL. ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA:
PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES***



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié

Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro
Coordenador GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. Economias e espaços na África subsaariana:permeências mutações. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p.1-9, jul.-dez. 2024

**EDITORIAL. ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA:
PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES**

Neste Século XXI, as economias e os espaços da África subsaariana se deparam com desafios complexos, herdados das trajetórias históricas do subdesenvolvimento e dos impactos das conjunturas macroeconômicas em níveis nacionais, regionais e globais. O Dossiê Temático do décimo primeiro número do *Boletim GeoÁfrica* propõe uma reflexão sobre alguns aspectos das atuais dinâmicas econômicas e espaciais na África. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, desde os meados da década de 1990, a região subsaariana é caracterizada por um crescimento de seu Produto Interior Bruto (PIB) real superior globalmente superior à média mundial (Figura 1).

Figura 1

Evolução anual do PIB real da África subsaariana e do Mundo



Fonte: FMI

No período 2000-2014, as economias nacionais africanas cresceram em média de 5,6% por ano. Essa expansão foi alimentada por um conjunto de mudanças produtivas, comerciais e tecnológicas que beneficiaram globalmente os países do Sul, num espaço econômico mundial em transformação. A África se beneficiou, em particular, do forte aumento do preço de bens primários (petróleo, gás natural, minérios, produtos agrícolas etc.) no âmbito do *super ciclo das commodities* global, sustentado pelo crescimento da demanda dos países ditos emergentes, principalmente da Ásia oriental e na América latina. Observou-se, concomitantemente, um forte acréscimo dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), principalmente direcionados para as infraestruturas técnicas (transportes terrestres, portos, aeroportos, energia), o setor terciário (telecomunicações, finanças, turismo), as atividades extrativistas e a compra de terras (*land grabbing*).

No entanto, desde os meados da década passada, a conjuntura econômica mundial enfrentou uma pandemia de alcance global, uma crescente instabilidade geopolítica, uma agravamento dos conflitos comerciais, oscilações do preço das matérias primas e os impactos severos das mudanças climáticas. Esses fenômenos desenham um contexto inquietante para o continente africano. Mesmo se o crescimento da taxa de crescimento do PIB regional permanece superior à média mundial, a ausência de mudanças estruturais explica que os avanços registrados no início do século XXI em termos de diminuição de pobreza, da mortalidade infantil, dos óbitos provocados pela malária ou a AIDS, assim como o aumento da esperança de vida e do acesso à educação pública sejam doravante fragilizados por uma conjuntura econômica menos favorável. Inflação, peso considerável do serviço da dívida, instabilidade monetária, queda das receitas exportações, déficits orçamentários, morosidade dos mercados de consumo influenciam negativamente as dinâmicas macroeconômicas na “última fronteira do capitalismo” (Wapmuk, Akinkwotu, 2017).

Nesse contexto economias e espaços econômicos africanos se deparam com desafios de diversas ordens (Sarr, 2019). O primeiro consiste em transformar o crescimento do PIB em desenvolvimento social e territorial, garantindo progressos perenes em termos de saúde, educação, renda, mas também direitos básicos (segurança dos cidadãos, liberdade de expressão, de informação, de mobilidade espacial e religiosa, demografia escolhida, promoção da igualdade de gênero, respeito das minorias etc.) em ambientes políticos democráticos. No entanto, o bem viver das populações africanas supõe uma ruptura radical com estruturas de poder que garantem historicamente os interesses dos “parceiros” comerciais (antigos e novos, estatais e privados) e das

elites econômicas e políticas nacionais. Num continente onde prevalecem economias de renda centradas em ilhas de modernidade extrativistas e receitas de exportação que alimentam aparelhos de Estado de natureza neo-patrimonial, as perspectivas de bifurcação são, ainda, limitadas (Monié, 2023).

Além da problemática política institucional, a África subsaariana pós-colonial é submetida à importação de paradigmas, modelos e narrativas desenvolvimentistas de diversas matizes ideológicas. Teoria da modernização “rostowiana”, políticas de substituição das importações via industrialização industrializadora, estatização dos meios de produção, neoliberalismo através da imposição de Planos de Ajustes Estruturais (PAS), desenvolvimentismo “singapuriano” etc. impõem sua visão normativa e linear da história econômica aos atores da decisão política. Mesmo se recentemente, alguns países como Ruanda, Gana ou Etiópia conseguiram diversificar sua base econômica, a dependência das exportações de produtos primários, ou pouco processados, explica o baixo grau de complexidade de economias nacionais. Podemos, também, nos questionar a respeito da atual onda de renegociação dos códigos de mineração e dos setores extrativistas em geral, que não garantem uma redistribuição mais equitativa da renda das exportações de *commodities* (Bassey, 2015).

4

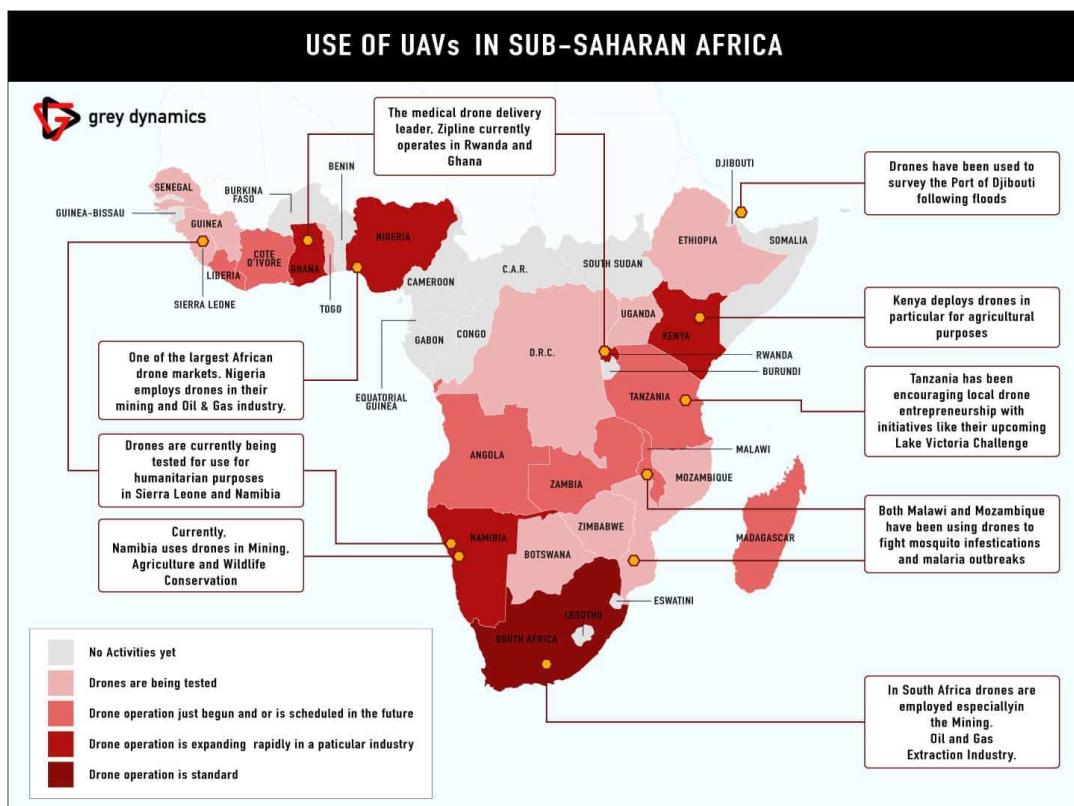
Por sua parte, a questão do regionalismo apresenta uma trajetória mais complexa (Makiadi, 2018), num contexto internacional marcado por uma onda de nacionalismo *a priori* pouco favorável ao abandono voluntário de parte da soberania que implica todo processo de integração regional. Além disso, a baixa complementariedade produtiva entre os países do continente africano prejudica a integração comercial em todas as escalas. Na atualidade, a Comunidade da África do Leste apresenta uma dinâmica mais favorável graças ao relativo equilíbrio de poder entre os países membros e sua conexão logística privilegiada com os oceanos Índico e Pacífico. No entanto, a integração regional idealizada pelos diversos blocos, pelo Banco Africano de Desenvolvimento ou pela União Africana estimula orientações macroeconômicas que promovem *grosso modo* as receitas elaboradas pelo Banco Mundial...

As novas tecnologias constituíram, por seu lado, ferramentas de base para a fronteira do desenvolvimento do capitalismo 2.0 *Made in Africa*. Democratização inegável do acesso à Internet e expansão do mercado dos telefones moveis estimulam a multiplicação de aplicativos cujos usos são múltiplos: transações bancárias e financeiras, informações meteorológicas e comerciais destinadas a comunidades camponesas, reforço escolar, comunicações multiplataformas,

autentificação de remédios, comércio *online*, simplificação das formalidades administrativas etc. Apesar da oligopolização da operação telefônica e informática por grandes corporações, as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) estimulam o micro empreendedorismo, a circulação das ideias e, como foi observado durante a pandemia de Covid 19, a integração da pesquisa científica em nível continental. No campo da gestão do território e dos serviços de uso coletivo (em particular a saúde pública), os drones de uso civil têm se revelado ferramentas uteis para o envio de pequenos pacotes para regiões remotas, onde a malha viária é precária e pouco densa (Ersozoglu, 2021). O Ruanda foi, por exemplo, pioneiro na remessa de bolsas de sangue para centros de saúde distantes da capital, onde observou-se uma diminuição da mortalidade materna.

Figura 2

Uso dos drones (VANTs) na África subsaariana (2021)



Fonte: Grey Dynamics

Entre os outros desafios que se impõem as economias e aos espaços econômicos subsaarianos figuram os impactos locais das mudanças climáticas globais. Apesar de ser a região do Mundo historicamente menos emissiva em gases de efeito estufa, a África subsaariana sofre de forma desproporcionalizado dos efeitos dessas mudanças e do elevado custo de adaptação num contexto de adensamento demográfico, de urbanização acelerada e de regulação precária das atividades poluidores que exercem uma pressão suplementar sobre o meio ambiente (Bassey, 2015). Na atualidade, observa-se uma multiplicação das secas prolongadas (Sahel, África do Nordeste), das ondas de calor e dos desastres “ambientais” de forte intensidade, das inundações e enchentes que impactam espaços rurais e urbanos, um aumento do nível do mar e um acréscimo das temperaturas superior à média mundial (Monié, 2022). Os impactos humanos (vítimas de eventos extremos, da desertificação, da insegurança alimentar etc.) e sobre a biodiversidade devem aumentar nas próximas décadas. Os efeitos das alterações climáticas globais são também econômicos. Os custos da adaptação crescerão consideravelmente no futuro. Estima-se que os governos já perdem 2 a 3% do PIB anual e consagram 9% de seu orçamento para gerar os extremos climáticos (WMO, 2024). As iniciativas de luta contra a pobreza, a insegurança alimentar, a desertificação, a erosão costeira, de previsão dos eventos climáticos, entre outros, devem, por sua parte, impactar negativamente o crescimento econômico. Por isso, o desenho de uma arquitetura financeira internacional e a transferência de tecnologias destinadas a transição ecológica revelam-se prioritários para o futuro do continente africano.

6

Referências

- BASSEY, N. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- ERSOZOGLU, E. **Drones in Africa: Potential for Life and Death.** April 15, 2021. <https://greydynamics.com/drones-in-africa-potential-for-life-and-death/>
- MAKIADI, S.L. L'intégration régionale en Afrique: Un processus déjà ancien... pour quels résultats?», **Mulemba** [Online], vol. (12), 2016, posto online no dia 30 setembro 2018, consultado 07/01/2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.738>
- MONIÉ, F. Editorial. A África subsaariana frente às mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p.6-15, jan-mar. 2022

MONIÉ, F. Editorial. Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?

Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 7, p.1-9, jul-set. 2023.

SARR, F. **Afrotopia**. São Paulo: N-1 Edições, 2019

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Climate in Africa 2023**. Genebra: WMO, 2024. <https://library.wmo.int/idurl/4/69098>

WAPMUK, S; AKINKWOTU, O. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo? **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v. 2, n. 4, 2017, p.11-31.



No artigo que abre nosso dossier temático, Elmer Agostinho Carlos de Matos propõe uma reflexão sobre o papel e a importância do território nas trajetórias “desenvolvimentistas” africanas e moçambicana no contexto de primazia do neoliberalismo econômico. O texto, intitulado *Por um direito ao território: uma proposta de desenvolvimento sustentável para os atingidos pelos “projetos de desenvolvimento”*, analisa mais especificamente o caso dos chamados grandes projetos industriais frequentemente acompanhados por remoções forçadas de populações locais que negam o direito dos habitantes ao território. Em *Contributo dos projectos de construção da paz e coesão social para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado: o caso do Coeso I no Distrito de Metuge (2019– 2023) (Moçambique)*, Aly Caetano Juma Hassane e Dilia Vaz Miguel estudam o projeto de construção de paz e coesão social “Coeso I” para promoção do desenvolvimento socioeconómico localizado na província de Cabo Delgado. Os/as autores evidenciam que, apesar da instabilidade geopolítica e da pressão crescente sobre os serviços e equipamentos coletivos consequente do afluxo de refugiados, a iniciativa Coeso 1 contribuiu para diminuir as tensões locais e oferecer oportunidades para os habitantes. Os impactos socioambientais de uma cervejaria recém-instalada a proximidade de Maputo são apresentados por Abel Benjamim Mindo, Almeida Pascoal Cossa, Mércia Yolanda Mondlhane e Mussá Abdul Remane no artigo *Impactos socioambientais da produção industrial: caso da empresa cervejas de Moçambique- Marracuene*. As observações em campo e as entrevistas realizadas pelos autores, assim como o estudo dos relatórios da empresa e das autoridades, colocam em evidência um cenário de tensões que requer uma governança inovadora. Por seu lado, Mateus José Andir e Manuel Chichano Eduardo Augusto tentam identificar áreas favoráveis a produção de batata-reno



no Distrito de Tsangano, localizado na província moçambicana de Tete. O texto *Avaliação das condições agroclimáticas da cultura de batata-reno no distrito de Tsangano, Província de Tete em Moçambique* revela-se de grande interesse na medida em que a produtividade da agricultura continua sendo um desafio maior nos espaços rurais do continente. Os autores recorrem as geotecnologias para, através do cruzamento de diferentes variáveis, propor áreas de intervenção.

Ainda no nosso dossier temático, Blaise Ouedraogo concedeu uma entrevista ao *Boletim GeoÁfrica*. O professor e investigador burquinabê apresenta os desafios do desenvolvimento rural no seu país onde as comunidades camponesas e as autoridades se deparam com a tradicional baixa produtividade dos cultivos num contexto de mudanças climáticas severas e de forte instabilidade geopolítica. Enfim, na entrevista concedida a nossa revista, o professor Kauê Lopes dos Santos (UNICAMP, Brasil), apresenta suas reflexões sobre o processo de industrialização das economias africanas. Ele destaca como, depois do fracasso das políticas de substituição das importações e das orientações macroeconômicas neoliberais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) constituem, hoje, um possível vetor da industrialização em diversos países do continente. As problemáticas da transferência gradual de tecnologias suscetíveis de estruturar cadeias produtivas mais sofisticadas e dos efeitos desencadeadores das ZEEs sobre as economias e os espaços locais-regionais representam desafios maiores para a industrialização da África subsaariana.



Abrindo a *Sessão Varia*, o artigo de Neovaldo Tomás Moisés, intitulado *Implicações socioambientais dos assentamentos informais em Nacala (Moçambique): uma análise do bairro Mocone*, versa sobre uma questão muito relevante num continente onde o ritmo do processo de urbanização é acelerado. Ao exemplo do que podemos observar em outras regiões do Mundo, a produção do espaço urbano é caracterizada pela importância do uso informal do solo. O autor aborda aqui algumas das consequências ambientais e sociais da informalidade da urbanização num bairro da cidade moçambicana de Nacala. A qualidade ambiental de um espaço urbano local constitui também o foco do artigo de Joaquim Gomes André Chitata e Fernando Joaquim Mandima. O texto *Avaliação da qualidade ambiental urbana do bairro Eduardo Mondlane no município da cidade de Maxixe (Moçambique)* não é apenas um diagnóstico dos problemas ambientais enfrentados pelos moradores de um bairro da cidade moçambicana de Maxixe. Ele



analisa, também, a mobilização dos habitantes em prol de melhorias da qualidade de vida no lugar. Os autores evocam uma produção social do espaço urbano. A escala local continua privilegiada por Miguel Muguiro, Euclides Matule e André Moiane na contribuição intitulada *Avaliação da sustentabilidade da área territorial dos municípios de Maputo e Matola (Moçambique)*. Os autores propõem sua reflexão sobre a gestão do uso do solo urbano que deve combinar variáveis como crescimento populacional, área disponível e densidade demográfica. Encerrando a sessão *Varia*, Flora Gonçalves Chele, Sanito Joaquim Marques Alfredo e Frango José Gonçalves Quembo exploram os obstáculos enfrentados por mulheres jovens no acesso as instituições de ensino superior. Autoras e autores do artigo *Factores inibidores ao acesso da rapariga no ensino superior: uma análise no distrito de Nacala-Moçambique* evidenciam que fatores sociais, culturais, econômicos e psicológicos se articulam de maneira complexa para limitar o ingresso das *raparigas* nas universidades e outros estabelecimentos de ensino superior.



9

A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Mussá Abdul Remane, pesquisador convidado neste número, desenvolveu uma pesquisa de Doutorado intitulada “Perigo, Vulnerabilidade e Risco de Desastre na Cidade da Beira: Os Casos dos Ciclones Tropicais Idai e Eloise”. A tese foi defendida em 2024 na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da, Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique).

Boa leitura!!!